

1 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2017, às 9h30m, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do
2 Rio São Francisco - CBHSF reuniram-se no auditório do Allia Gran Hotel Brasília Suítes, situado no Setor
3 Hoteleiro Norte, Quadra 5, Via N1 – Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, para participarem da XX Plenária
4 Extraordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães,
5 COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço
6 Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito - SAAE Itabirito; Evanildo Pereira de Lima, EMBASA – Empresa Baiana
7 de Águas e Saneamento; João Raphael Silva de Queiroz, COMPESA - Companhia Pernambucana de
8 Saneamento; José Roberto Valois Lobo, CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas; Ricardo Goulard
9 Castilho de Souza por João Carlos de Melo, IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração; Deivid Lucas de Oliveira,
10 FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, Associação das
11 Indústrias Sucroenergéticas do Estado de Minas Gerais; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São
12 Pedro; Ana Paula Bicalho de Mello, FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais;
13 José Cisino Menezes Lopes, AIBA - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro
14 Campos, AFAF - Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte; Israel Barreto Cardoso, Associação dos
15 Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Vilma Martins Veloso, FEPAMG - Federação dos
16 Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais; Luiz Alberto Rodrigues Dourado, Associação dos
17 Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Arnaldo Alves da Silva, Colônia de Pescadores Z-39; Altino
18 Rodrigues Neto, Instituto Opará; Astácio Correia Neto por Ricardo Costa de Oliveira, ASF - Associação
19 Ambientalista do Alto São Francisco; José Valter Alves, Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de
20 Carvalho Guerra, Instituto Guaicuy; Johann Gnalinger, IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária
21 Apropriada; Elias da Silva, Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto, Instituto
22 Ecoengenharia; Rosa Cecília Lima Santos, OSCATMA - Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio
23 Ambiente; Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; Melchior Carlos do
24 Nascimento, CREA/AL - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Alagoas; Honey Gama
25 Oliveira, OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil/Sergipe; Manoel Uilton dos Santos, Povos indígenas Tuxá
26 Rodelas; Cícera Leal Cabral, Povos indígenas - Pankará; Lessandro Gabriel da Costa - Prefeitura Municipal de
27 Lagoa da Prata; João Barbosa de Oliveira - Prefeitura Municipal de Correntina; Ronaldo Melo por Luciano
28 Duque de Godoy Sousa - Prefeitura Municipal de Serra Talhada; José Marcos de Oliveira Vieira Silva -
29 Prefeitura Municipal de Propriá; Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura Municipal de Penedo; Jimmu de
30 Azevedo Ikeda, MI - Ministério da Integração Nacional/CODEVASF; Larissa Alves da Silva Rosa, MMA -
31 Ministério do Meio Ambiente; Cristiane Collet Battiston, MPOG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e
32 Gestão. **Participaram os seguintes membros suplentes:** João Virgílio Felipe Lima, COMPESA - Companhia
33 Pernambucana de Saneamento; Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho, DESO - Companhia de Saneamento
34 de Sergipe (no exercício da titularidade); João Eudes Pereira, Votorantim Metais Zinco S.A; Thaisi C. Tavares
35 de Oliveira, Agrovale - Agro Indústrias do Vale São Francisco S.A; João Batista Araújo Silva, UNIVALE -
36 Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó (no exercício da titularidade); Heráclito Oliveira de
37 Azevedo, DICOP – Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba; William Bertozzi Dornas, Náutico Três
38 Marias; Domingos Márcio Matos, Colônia de Pescadores Z 60 de Juazeiro; Sonáli Cavalcanti Oliveira, CHESF -
39 Companhia Hidrelétrica do São Francisco (no exercício da titularidade); Ana Catarina Pires Azevedo Lopes,
40 Instituto Vila Flor; Adelson Toledo de Almeida, AMMESF - Associação dos Municípios da Bacia do Médio São
41 Francisco (no exercício da titularidade); Vivien Viaro, UFBA - Universidade Federal da Bahia (no exercício da
42 titularidade); Abelardo Antônio de Assunção Montenegro, UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
43 (no exercício da titularidade); Luiz Roberto Porto Farias, OAB/AL - Ordem dos Advogados do Brasil; Sandra
44 Maria da Silva Andrade, CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (no exercício da
45 titularidade); Wilson José da Silva - Prefeitura Municipal de Patos de Minas; Heitor Soares Moreira, SEMAD/MG
46 - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (no exercício da titularidade); Aderbal
47 de Castro Meira Filho, SEMA/BA - Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (no exercício da
48 titularidade); Marcelo Cauás Asfora, APAC - Agência Pernambucana de Águas e Clima (no exercício da
49 titularidade); Gustavo Silva Carvalho, SEMARH/AL - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de
50 Alagoas (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo Lessa, SEMARH/SE - Secretaria de Meio Ambiente e
51 dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade); Athadeu Ferreira da Silva, CODEVASF; Igor
52 Souza Ribeiro, MME - Ministério de Minas e Energia (no exercício da titularidade). **Justificaram ausência:**
53 Renato Constâncio - CEMIG; Márcio Pedrosa - ABES MG. **Participaram também:** Gabriela Litre, Diego
54 Lindoso, Nelson Beral, Priscylla Dayse Mendes - UNB; Antônio Guitgards - SRH/MI; Jacqueline Fonseca,

55 Manoel Vieira, Rúbia Mansur, Ana Cristina da Silveira, Célia Fróes e Alberto Simon - Agência Peixe Vivo;
56 Herbert Rafael, Pedro Vilela, Paulo Vilela, Karla Monteiro, Delane Barros, Mariana Martins, Rodrigo Angelis -
57 Comunicação CBHSF, TANTO Expresso; Humberto Gonçalves, Giordano Carvalho, Ney Murta, Flávia Simões
58 Rodrigues - ANA - Agência Nacional de Águas; Edvan Ribeiro e Rodrigo Costa - Votorantim; Jair Tannus -
59 SRH/MMA; Márcio Andrade, Ricardo Barros, Flávio Aragão - CODEVASF; Antônio Eustáquio Vieira - MOVER;
60 Elba Alves - SEMA/BA; Paulo de Carvalho - AMBIMEX; Henrique Veiga - MMA; Priscilla Atalla; Anselmo Caires
61 - CBH PASO; Luciana Khoury - Ministério Público da Bahia; Jaci Luiza Appelt Martins; Paula Freitas - Banco
62 Mundial; Ina Thomé Picoli - IPEA; Fernando Fagionatto; Gustavo Gioretti - CNA; Paulenir Constancio - MMA;
63 Julia Lopes Ferreira - Rede Clima; Francisco Santos - APOINME; Selma - CONAQ; Poliana Marcolino Corrêa -
64 MPDG. A reunião Plenária iniciou, após atingir o quórum, com a cerimônia de abertura. Foi feito o informe sobre
65 o tema da Plenária: “Atualização da Metodologia de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos” e sobre os
66 demais pontos de pauta. Na sequência, a composição da mesa, com Anivaldo de Miranda, presidente do
67 Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco; Jair Vieira Tannus, Secretário de Recursos Hídricos e
68 Qualidade Ambiental; Humberto Gonçalves, superintendente de apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento
69 de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas; Lessandro Gabriel, secretário do CBHSF; Dra. Luciana
70 Khoury, Promotora de Justiça do Estado da Bahia; Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio São
71 Francisco; Almacks Silva, secretário da CCR Submédio São Francisco; Honey Gama, coordenador da CCR
72 Baixo São Francisco. Após a execução do Hino, foi declarada aberta a XX Plenária Extraordinária do CBHSF e
73 realizada homenagem para João da Conceição, membro titular do CBHSF representante da comunidade
74 quilombola que faleceu em julho deste ano. Após o minuto de silêncio, Anivaldo Miranda lamenta o acontecido
75 e reforça a grande papel desempenhado por João da Conceição no CBHSF. Na sequência passa a palavra
76 para o Sr. Jair Tannus para seu pronunciamento. Este agradece o convite e fala da satisfação em ser
77 convidado para esta reunião. Diz que o Programa de Revitalização é uma das prioridades do Ministério do Meio
78 Ambiente e o CBHSF é um de seus grandes parceiros. Parabeniza o comitê por conseguir congregar uma
79 diversidade de segmentos, e diz ser imprescindível que as políticas ambientais sejam cada vez mais
80 participativas, para que tenham maior legitimidade, transparência e adequação às reais necessidades sócio-
81 ambientais de cada região. Fala que o CBHSF é um pilar na qualificação do debate sobre as questões
82 relacionadas aos recursos hídricos e na constante luta para a proteção do rio São Francisco. Reforça o
83 compromisso do MMA com a revitalização e fala que com vistas a melhoria de vida da população da bacia, o
84 ministro Sarney Filho, no seu primeiro mês de gestão, encaminhou à casa civil a atualização do Decreto que
85 restabeleceu o programa de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. Nessa nova estrutura, o
86 CBHSF compõe o Comitê Gestor, presidido pela Casa Civil da presidência da República, juntamente com
87 ministros e governadores dos Estados que compõem a bacia, explicitando assim a transversalidade do assunto
88 e a prioridade do Governo Federal. Na ocasião do Decreto foi lançado o Plano Novo Chico, como carteira de
89 investimento do Governo Federal, contendo ações estruturantes para revitalização da bacia, com horizonte de
90 dez anos. Dentre as atividades executadas pelo MMA nesse último período destacam-se ações de fiscalização,
91 programa de capacitação de gestores municipais e finalização do diagnóstico e início da fase de proposição de
92 cenários e diretrizes para o macrozoneamento ecológico econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco.
93 Anuncia que o Plano Novo Chico, por determinação do ministro Sarney Filho será o primeiro destino dos
94 recursos oriundos das conversões das multas do IBAMA em ações de recuperação ambiental, cujo Decreto
95 está pronto para ser editado pelo presidente da República. Salienta que as empresas que optarem pela
96 conversão terão como incentivo um desconto de até 60% em relação ao valor total da multa. Diz que a proposta
97 é lançar um edital para seleção de projetos de restauração florestal em larga escala, bem como para projetos
98 que visem a recuperação de áreas degradadas e a conservação de água e solo. Sendo que a construção do
99 mesmo deverá contar com a participação do CBHSF, tendo como base o Plano de Recursos Hídricos. Pede a
100 ampliação do diálogo para estabelecimento de uma agenda conjunta com o CBHSF acerca de priorização de
101 áreas e de projetos a serem apoiados. Finaliza dizendo que o desafio é imenso, mas com estratégias
102 apresentadas e com o tratamento prioritário que o MMA está dando, está confiante de que haverá melhora nas
103 condições sócioambientais da Bacia do São Francisco. Em seguida, o Sr. Humberto Gonçalves, representante
104 da ANA agradece a oportunidade e fala que a ANA também faz parte do Plano Novo Chico, com uma
105 importante contribuição no monitoramento hidrometeorológico da Bacia, com previsão de investimentos no valor
106 de 50 milhões de reais em equipamentos de monitoramento até 2020. Ressalta o envolvimento da ANA no
107 enfrentamento da crise hídrica. Explana sobre as reuniões que ocorrem toda segunda feira, onde se reúnem a
108 ANA, CBHSF, Estados, Ministério Público e demais atores para definição dos caminhos que devem ser

109 adotados para conseguir conviver e superar essa crise de recursos hídricos que assola a bacia do rio São
110 Francisco. Parabeniza o CBHSF por estar discutindo, e hoje deliberando sobre a atualização da metodologia de
111 cobrança de recursos hídricos na bacia, que desde sua implementação em 2006 não houve nenhum ajuste.
112 Fala que essa discussão converge com as proposições da ANA para garantia da sustentabilidade do Sistema
113 Nacional de Recursos Hídricos. Finaliza dizendo que a ANA também tem trabalhado fortemente na direção de
114 conseguir um processo e aumento do percentual dos recursos da cobrança para o custeio das agências de
115 bacia. Agradece a oportunidade e coloca a Agência Nacional de Águas à disposição. Ato contínuo, a Dra.
116 Luciana Khoury, promotora de justiça do estado da Bahia fala que a causa da crise hídrica e ambiental não é
117 apenas pela falta de chuva, mas são diversos fatores que envolvem a questão. Todos os setores produtivos
118 devem se enquadrar na nova realidade e se adequarem as novas condições. A forma de desenvolvimento
119 posta para a bacia do rio São Francisco se mostrou insustentável. Fala da importância dos governos
120 implementarem os instrumentos de gestão de recursos hídricos. Reitera a importância da revisão da
121 metodologia de cobrança e informa que fez recomendação ao órgão ambiental da Bahia para que não
122 concedesse novas outorgas para grandes empreendimentos, com base nas deliberações dos CBH Grande e
123 CBH Corrente. Finaliza solicitando a reativação da Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais do CBHSF.
124 Após a mesa ser desfeita, o presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda convida o coordenador da Câmara
125 Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC, Sr. Deivid Oliveira e o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel para
126 composição da mesa e condução dos trabalhos. Ainda com a palavra, Anivaldo Miranda fala que o ponto de
127 pauta da aprovação da minuta da Ata da XXXII Plenária Ordinária será realizado na próxima plenária ordinária
128 do CBHSF, sendo que esta reunião deverá focar no ponto de pauta principal que é a discussão sobre a nova
129 metodologia de cobrança. Faz um breve retrospecto do tratamento dessa questão no contexto da diretoria
130 colegiada do CBHSF. Informa que foi contratada uma empresa, através de processo licitatório para realizar todo
131 trabalho, como diagnóstico de campo, resgate de experiências nacionais e internacionais no contexto da
132 cobrança e sobretudo na realização de um trabalho exaustivo, paciente e participativo. Diz que a DIREC teve a
133 preocupação de refletir os melhores conceitos sobre a metodologia para que ela aproxime da modernidade,
134 além de que imprima alguns mecanismos que possam efetivamente estimular todos os usuários da água na
135 construção clara e transparente de uma metodologia que premie a todos os usuários que querem, de fato, se
136 alinhar nessa luta e fazer com a que a gestão de recursos hídricos ganhe sustentabilidade. Reitera a
137 responsabilidade dessa nova metodologia, e que outros comitês poderão tomá-la como exemplo, assim como
138 demais ações importantes do comitê. Agradece aos membros da CTOC e fala do grande trabalho institucional
139 que o CBHSF tem desenvolvido, sendo este um grande exemplo de gestão compartilhada e participativa.
140 Finaliza dizendo que o princípio do comitê é que os sacrifícios e riscos devem ser iguais para todos os usuários
141 e segmentos e que todos levem em consideração o grande trabalho desenvolvido pelo comitê. Em seguida,
142 Deivid Oliveira, coordenador da CTOC do CBHSF apresenta ao plenário todo o trabalho desenvolvido pela
143 Câmara Técnica na abordagem da atualização da metodologia de cobrança, desde 2015. Fala das discussões
144 iniciais, do processo de licitação, da contratação da empresa Gama Engenharia e da discussão dos quatro
145 produtos, sendo o último um simulador de cobrança. Diz que existiram momentos em que não houve consenso,
146 sendo necessário realizar votação. Cada segmento trouxe novas propostas que foram avaliadas. Reitera que a
147 metodologia traz inovações e está focada na aplicação de boas práticas por parte dos usuários. Se coloca à
148 disposição e passa a palavra para Alberto Simon, diretor técnico da Agência Peixe Vivo para apresentar a nova
149 metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia do rio São Francisco. Este cumprimenta a
150 todos e explana sobre a Deliberação de aprovação da atualização da metodologia de cobrança. Fala que a
151 metodologia vigente foi aprovada em 2008 e até o momento não sofreu nenhuma atualização. Diz ainda que a
152 cobrança começou de forma simples. Explana sobre o que mudou: possibilidade de medir vazões realmente
153 utilizadas; estabelecimento de coeficientes (K) de boas práticas; cobrança do lançamento de efluentes pela
154 vazão que ficará indisponível no curso de água; atualização dos preços públicos unitários (PPU) em vinte por
155 cento. Detalha as fórmulas de cobrança pela captação de água e lançamento de efluentes. Apresenta algumas
156 simulações com usos da irrigação e saneamento. Finaliza apresentando os critérios para atualização dos
157 Preços Públicos Unitários, como necessidade de atualização de preços para fazer face aos investimentos
158 programados aprovados no PRH SF. Na sequência, o presidente do CBHSF passa a palavra para os membros
159 do plenário. Ana Paula, da FAEMG, diz que não existiu consenso dentro da CTOC, sendo que a proposta da
160 nova metodologia foi muito boa para todos os setores, exceto para a irrigação. Fala que a questão das boas
161 práticas realmente é muito importante, mas pede que a matéria retorne à CTOC para amadurecimento das
162 discussões e consenso. Heráclito Azevedo, DICOP, fala sobre a crise no baixo São Francisco devido à redução

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

163 de vazões do rio São Francisco. Pede que o Baixo São Francisco seja tratado de forma específica na
164 atualização da metodologia de cobrança. Na sequência, José Cisino, AIBA, diz concordar com o reajuste, mas
165 não concorda com os índices a serem aplicados para o segmento de irrigação. Reitera o encaminhamento da
166 Ana Paula para que a matéria retorne à CTOC. Com a palavra, Deivid Oliveira diz que houve momento que
167 realmente não houve consenso, inclusive em propostas que ele mesmo apresentou para o setor da indústria,
168 mas houve a votação. O diretor técnico da Agência Peixe Vivo fala que houve negociação, sendo todos os
169 assuntos esgotados, mas que para algumas propostas houve votação. Exemplifica que o segmento de
170 saneamento perdeu algumas propostas em votação. Diz que toda discussão e votações estão registradas em
171 ata. Com a palavra, Marcelo Asfóra, APAC, pede esclarecimentos em relação a cobrança permitida na retirada
172 de água além da outorga. Sugere a inserção de um artigo, que em caso de restrição hídrica, reconhecida pelo
173 órgão outorgante e pelo Comitê, haja a suspensão da cobrança e pede esclarecimento sobre o coeficiente
174 Kgestão. Na sequência, João Batista, UNIVALE, pede avaliação especial para os perímetros públicos irrigados.
175 Em seguida, Luiz Dourado fala que o preço da água é insignificante e está se aplicando uma correção justa.
176 Com a palavra, Giordano Carvalho, ANA, explica que assim como outras metodologias de cobrança há
177 possibilidade da cobrança por um volume de água medido, que é superior ao volume de água outorgado. Mas
178 isso não significa uma autorização para uma medição de água maior do que a outorga permite, simplesmente
179 possibilita uma cobrança por aquilo que foi utilizado efetivamente. Caso o usuário meça um volume maior que a
180 outorga, ele deve pagar por isso, é um uso ilegal, sendo o Órgão Gestor responsável por tomar as providências
181 cabíveis. Com a palavra, Adson Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro, fala sobre as ações de
182 preservação dos produtores rurais e pede que seja revista a proposta para o K manejo de irrigação, K manejo
183 do solo e dos sistemas de irrigação. Na sequência, Jadir Silva, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do
184 Estado de Minas Gerais, reitera a fala do Adson e diz não ser contra o aumento, porém que o mesmo deve ser
185 equalizado. Com a palavra, Evanildo Lima, EMBASA, pontua que o peso dado aos descontos nas equações
186 são insignificantes, não vê o estímulo aos bons usuários de forma corajosa. Sugere que se vote a questão
187 ainda hoje e que se aprove a mesma com ressalvas. Após diversas discussões, Roberto Lobo, CASAL, fala que
188 participou de toda discussão junto à CTOC. Fala que o setor de saneamento, atualmente, paga cinco milhões e
189 meio, com cento e trinta e sete pagantes. Já o setor de irrigação, de um total de dois mil seiscentos e trinta e
190 nove usuários, mil trezentos e trinta e sete pagam, sendo que existem usuários de irrigação expressivos que
191 não pagam a cobrança, e os que pagam, pagam dois milhões e oitocentos mil reais. Fala que existe um número
192 de não pagantes muito grande. Informa ainda que o que foi discutido na CTOC não foram benefícios para o
193 setor de saneamento, nem para indústria. Diz que a CASAL irá se readequar, com investimento de vinte
194 milhões, para diminuição das perdas por distribuição, neste sentido é necessário que haja avanços e
195 readequações a nova realidade, e como membro da CTOC, diz que não se deve discutir o assunto novamente
196 no âmbito da Câmara se não houver fatos novos. Após demais contribuições por parte dos membros do comitê,
197 a Dra. Luciana Khoury, ratifica as palavras de Abelardo Montenegro, que destacou a necessidade de pensar na
198 sustentabilidade hídrica da bacia, sendo que a agricultura representa 70% do consumo hídrico da bacia. A
199 promotora de justiça fala ainda que não se deve ser contra a atividade produtiva, mas é preciso que essa
200 atividade entenda os impactos que ela causa na bacia, sendo assim uma mudança na forma de trabalho do
201 segmento. No que se refere a questão levantada por Marcelo Asfóra diz que a cobrança por usos superiores ao
202 volume outorgado não importa em direito adquirido ou expectativa de direito para outorga, e será passível de
203 sanções administrativas, cíveis e penais. Ato contínuo, a palavra é franqueada ao presidente do CBHSF que
204 lembra das reuniões extraordinárias realizadas nas quatro Câmaras Consultivas Regionais e os custos das
205 inúmeras reuniões para tratar sobre esse assunto. Portanto, depois de todo o investimento de tempo, recursos
206 financeiros com as reuniões, com a empresa contratada, não faz sentido que a matéria retorne para CTOC,
207 mas que deixará a plenária decidir a respeito. Na sequência, José Cisino, Ana Paula Mello, Adson Ribeiro e
208 Jadir Silva solicitam vistas ao processo. Nesse sentido, o presidente do Comitê explica que o Plenário deverá
209 votar duas vezes. A primeira para saber se a discussão volta ou não à CTOC, e a segunda se o plenário
210 concorda ou não com o pedido de vistas. Votação 1 - Se a matéria retorna ou não para CTOC, sendo a
211 proposta 1 - retorna à CTOC, proposta 2 - não retorna. Após a contagem dos votos, o Plenário decide que a
212 matéria deverá ser votada hoje no Plenário, não retornando para a CTOC. Foram 11 votos a favor do retorno e
213 34 votos para manter a matéria para votação do plenário. Na sequência, o presidente do CBHSF coloca em
214 votação o pedido de vistas. Proposta 1 - não concordam com o pedido de vistas, proposta 2 - concordam com o
215 pedido de vistas. Após a contagem dos votos, o Plenário decide pela não aceitação do pedido de vistas. Votos
216 contra o pedido de vistas: 32 - votos a favor do pedido de vistas: 12. Deivid Oliveira justifica seu voto a favor do

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XX PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017 – BRASÍLIA/DF

217 pedido de vistas. Fala que não é contra a proposta da deliberação, entende apenas que qualquer representante
218 tem direito a pedir vistas. Em seguida, o presidente do CBHSF coloca em votação a aprovação da Deliberação
219 do CBHSF que atualiza, estabelece mecanismos e sugere novos valores de cobrança pelo uso de recursos
220 hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Após a contagem dos votos a Deliberação é aprovada com
221 40 votos a favor, 5 votos contrários e 2 abstenções (Jadir Silva e João Batista). Com a palavra, Cristiane
222 Battiston, Ministério do Planejamento parabeniza o trabalho realizado e as evoluções da metodologia, se diz
223 preocupada com a pouca discussão desse tema em reunião plenária. Sugere que quando se tiver uma
224 deliberação a ser aprovada pelos membros do CBHSF se anexe uma Nota Técnica da Agência Peixe Vivo. Na
225 sequência, Jadir Silva justifica a abstenção do seu voto, em que concorda com a atualização da metodologia,
226 mas discorda de alguns índices que causaram impactos no setor de irrigação. Mesmo fundamento dado por
227 José Cisino para justificativa o voto contrário. Após o intervalo do almoço, Honey Gama, coordenador da CCR
228 Baixo São Francisco, justifica a ausência do secretário Lessandro Gabriel, e conduz os trabalhos. Passa a
229 palavra para representantes da empresa de comunicação do CBHSF, Tanto Expresso, para apresentarem o
230 novo site do Comitê. Após mostrarem toda a usabilidade, ferramentas, novidades e funções do novo site, o
231 presidente do CBHSF fala que no futuro próximo o CBHSF irá fazer transmissão ao vivo das reuniões plenárias
232 pela internet e montar um sistema de vídeo conferências, principalmente para reuniões das Câmaras Técnicas
233 e Grupos de Trabalho. Em seguida, a palavra é franqueada ao coordenador da CCR Médio São Francisco,
234 Ednaldo Campos, que solicita a projeção de um vídeo que mostra a degradação da Lagoa de Itaparica, um dos
235 maiores berçários do rio São Francisco, localizado em Xique-Xique e Gentio do Ouro. Pede auxílio do CBHSF
236 na elaboração de projeto emergencial para a lagoa marginal. Honey Gama pede que a demanda seja
237 encaminhada via Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco. Em seguida, Anivaldo Miranda passa
238 para o ponto da pauta para discussão sobre a minuta de Resolução ANA que dispõe sobre as condições para a
239 operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, composto pelos reservatórios de Três Marias, Sobradinho,
240 Itaparica (Luiz Gonzaga), Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó. O presidente faz um retrospecto da
241 discussão da matéria. Quando começou a crise em 2013, o CBHSF sugeriu à ANA a criação de um espaço
242 para discussão e acompanhamento da crise, que de fato foi feito e atualmente o acompanhamento é semanal,
243 todas as segundas-feiras. Diz que essas reuniões tem sido uma grande experiência de construção de
244 consensos e discussões. O CBHSF defende que em uma situação de crise todos devem repartir
245 igualmente os sacrifícios e os riscos, assim como, que se estabeleçam estratégias para que nos próximos
246 cenários de crise, já estejamos mais preparados para agir. A partir disso, o CBHSF insistia na necessidade de
247 repensar o papel dos reservatórios, suas funções e as regras de operação. A ANA criou o Grupo de Trabalho
248 São Francisco, destinado a discutir novas regras de operação, em que o CBHSF apresentou contribuições
249 através de relatórios. Fala que o CBHSF criou um Grupo de Trabalho que substitui o antigo GTOSF que já
250 debruçou na Resolução ANA que está hoje em discussão para levantar propostas que serão enviadas
251 oficialmente com a visão do Comitê sobre a Resolução. Esse grupo é composto pela Diretoria Executiva do
252 Comitê, Yvonilde Medeiros, Valmir Pedrosa, Almir Cirilo, Ailton Rocha e Pedro Molinas. Com a palavra, Joaquim
253 Gondim, ANA, fala que a Agência Nacional de Águas está em um processo de aproximações para ter uma
254 visão mais ampla de novas perspectivas da bacia. Diz que a questão não é uso preponderante, é como
255 conciliar os diversos usos nessa nova realidade de mudanças climáticas, de grande variabilidade das vazões.
256 Neste momento a ANA está aguardando algumas contribuições para a Resolução, sendo que as mesmas
257 devem ser mais objetivas. Sugere que antes do encaminhamento oficial, seja discutido em reunião com a ANA
258 para fechamento da proposta do CBHSF. Em seguida, Sonáli Cavalcanti, CHESF, esclarece alguns pontos da
259 minuta de Resolução ANA sobre a operação dos reservatórios. Fala que as regras, diretrizes e restrições de
260 operação sempre existiram, agora há necessidade de aprimoramento para fazer frente à condição atual de
261 baixa hidraulicidade, que se instalou na bacia desde 2013. Fala que lhe causou estranheza o fato de duas
262 entidades membros deste Comitê que trabalham com a operação dos reservatórios, não terem sido convidadas
263 a participar do GT/CBHSF para análise da minuta da resolução ANA. Finalizando, ressalta a necessidade de o
264 Comitê interagir discutindo internamente o assunto, com todos os membros, antes de pronunciar-se para a
265 ANA, haja vista que será uma visão do CBHSF. Na sequência, o presidente do CBHSF fala que acreditava que
266 o setor já estava contemplado na discussão, porém não há problema na inclusão da CHESF e CEMIG, se
267 assim quiserem, fazerem parte do Grupo de Trabalho. Fala também que quando o documento do CBHSF
268 estiver finalizado, antes do encaminhamento oficial à ANA, a discussão será realizada em Plenário. Solicita que
269 na próxima reunião do Grupo de Trabalho a CHESF e CEMIG sejam convidadas. Em seguida fala sobre o
270 Projeto Legado, que é fazer uma análise, reflexão sobre as duas décadas de existência da Política de Recursos

271 Hídricos. Explica que a ANA trabalhou em uma série de propostas e apresentou as mesmas como minutas de
272 resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, minutas de projetos de leis e normas, sendo que abriu
273 o Projeto para amplo debate. Também foi criado um Grupo de Trabalho dentro do CBHSF para debater e fazer
274 proposições ao Projeto Legado. Esse grupo é formado pela Diretoria Executiva do CBHSF, Ana Catarina Lopes,
275 Deivid Oliveira, Yvonilde Medeiros, Luiz Alberto Rodrigues Dourado, Luiz Roberto Porto Farias e Honey Gama.
276 Diz que há propostas interessantes no Projeto, como por exemplo, passar o custeio das Agências de Bacia de
277 7,5% para 15%, mas há também propostas perigosas como a criação de comitês de bacia em forma modular
278 em regiões como Nordeste, Amazônia, etc. Na sequência, franqueia a palavra para Maurício Andrés, da ANA,
279 para apresentar o Projeto Legado. Este agradece a oportunidade e fala que aproveitando a oportunidade de 20
280 anos da Lei das Águas e do 8º Fórum Internacional, o Projeto Legado busca fazer uma avaliação crítica e
281 verificar o que pode ser melhorado nas normas, resoluções, leis e decretos para conseguirmos enfrentar a
282 realidade do século XXI. Explana sobre o objetivo principal e os específicos do Projeto e informa que o
283 documento já está na sua segunda versão. Explana também sobre os desafios das propostas, desdobramentos
284 das mesmas, a metodologia de construção do documento e a divulgação do Projeto. Agradece a oportunidade
285 e se coloca à disposição. Ato contínuo, Ana Catarina, coordenadora da Câmara Técnica de Planos, Programas
286 e Projetos do CBHSF e membro do GT Legado, explana sobre o trabalho já desenvolvido pelo grupo e os
287 próximos passos para finalização das propostas do CBHSF ao Projeto Legado. Faz algumas observações que
288 o GT já levantou em relação do Projeto Legado. Em seguida, Elias Silva pede que o CBHSF leve ao Ministério
289 da Integração a solicitação de um relatório sobre a barragem de Barreiros, a ser entregue posteriormente ao
290 CREA de Pernambuco para emissão do laudo oficial. Além disso, solicitar ao mesmo órgão um pronunciamento
291 sobre o roubo de água da transposição, pois não está chegando a água que sai do canal. Anivaldo Miranda fala
292 que levará essas questões ao Conselho Gestor da Transposição. Com a palavra, Jimmu Ikeda, Ministério da
293 Integração Nacional, explica que o ministério ainda não respondeu ao CREA de Pernambuco porque ainda não
294 tem laudos das causas, sendo que foi contratado consultor para verificação dos fatos, e logo quando o trabalho
295 for concluído irá encaminhar as informações. Sobre a questão do roubo da água, fala que a ANA fez um estudo
296 que concluiu que a perda no caminho é normal. Em seguida, Antônio Jackson convida a todos para audiências
297 públicas nas câmaras de vereadores nos Estados de Sergipe e Alagoas. Após demais contribuições dos
298 membros do Comitê, Wilson José, representante da Prefeitura de Patos de Minas fala sobre a assinatura do
299 Termo de Cooperação Técnica entre CBHSF, Agência Peixe Vivo e IEF para reativação do viveiro de mudas de
300 Patos de Minas. Ao final, Anivaldo Miranda, presidente do CBHSF, agradece a presença de todos e diz que o
301 dia de hoje fortaleceu o Comitê do São Francisco. Declara encerrada a XX Plenária Extraordinária do Comitê da
302 Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. **Ata da XX Plenária Extraordinária do CBHSF, realizada em**
303 **Brasília/DF em 25 de agosto de 2017, aprovada na XXXIII Plenária Ordinária do CBHSF, realizada em**
304 **Paulo Afonso/BA no dia 07 de dezembro de 2017.**